

mais fortalecida com as informações, mais freqüentes, e facilitadoras para o processo decisório das Administrações das Entidades sejam pública

ou privada.

Estas são as considerações que temos a oferecer aos profissionais de contabilidade da área pública do nosso País.

Recife, 20 de outubro de 1992.

João Lopes da Cruz Neto

(*) Prof^o da UFPE – Unicap e Auditor do TCE

Ética no espaço público

Tadeu Alencar

Estão próximos os poderes da República. Muito próximos. Três palácios de uma mesma Princesa, medem-se no horizonte, abrigando príncipes vários, inquilinos institucionais e transitórios, posto que vitalícia é a vigilância social, fonte de toda investidura e de seu contraste, a deposição.

O Palácio da Princesa – ainda que a majestade do povo lhe tenha conferido o plural – o Palácio da Justiça e o Palácio Joaquim Nabuco triangulam quase que sobre as águas, imperiais, numa trindade arquitetônica que imita, sem rigorismos, o equilíbrio doutrinário-filosófico, sobre que se assenta o regime republicano.

Sem ser palácio, embora a Constituição a faça imperial, como a palmeira, ergue-se sem alardes uma Corte, às margens do Rio: no Recife tudo é margem. Prédio singelo, para desacanhadas funções. Um auxiliar prestimoso dos poderes. Não só do Legislativo. Na verdade, um poderoso instrumento da Princesa República, da Rainha Nação. Fiscal de homens e governos. Guardião da coisa pública, da decência administrativa, da moralidade, da ética.



Os funcionários do Tribunal de Contas, organizados politicamente, têm compromisso inarredável com esta ética sem concessões, sem disfarces.

É necessário, quando não por imperativo de consciência, por imperativo constitucional, desfraldar a bandeira da legalidade, esta que nos é tão cara. Dr. Ulysses dizia que “não são os homens que arrastam as bandeiras, as bandeiras é que arrastam os homens”. Que esta flâmula nos arraste, no sentido contrário que arrastou o Presidente deposto e seus assessores.

Tadeu Alencar é presidente da Associação dos Funcionários do Tribunal de Contas.



Conselheiro
SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
vice-presidente

É bacharel em Direito, formado pela Sociedade Caruaruense de Ensino Superior de Caruaru, turma de 1971. Foi, entre os anos de 1970 e 1977, diretor do Ginásio São José, em Bezerros, e depois vereador à Câmara Municipal daquele Município. Entre 1973 e 1977, Severino Otávio foi prefeito de Bezerros. Atuou na Secretaria de Justiça do Estado como delegado de menores e como diretor geral do Departamento de Polícia de Menores. Em 1983, foi nomeado delegado especial de polícia na SSP. Ocupou cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, em dois mandatos. Como deputado estadual, desenvolveu importantes tarefas e participou de várias comissões parlamentares de inquérito, inclusive a que tratou do desempenho das estatais. Chegou ao Tribunal de Contas em dezembro de 1988. Já ocupou a presidência do TCE. Atualmente, é o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.